

Participação política da juventude do Sul do Brasil: um perfil do jovem participativo

Jennifer Azambuja de Moraes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Felipe Silva Milanezi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Caroline Oliveira Neves de

Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO: Nos últimos anos o Brasil vem vivenciando manifestações e protestos contra a corrupção e os governos, que fomentam na sociedade um sentimento de insatisfação generalizada com a política. Neste contexto temos os jovens, que estão em um período de incertezas em relação ao seu futuro e constituindo sua cultura política. A partir disso, objetivamos traçar um perfil da participação política da juventude do Sul do Brasil, buscando identificar quem é o jovem que participa. A hipótese que postulamos é de que os jovens que participam mais politicamente são posicionados mais à esquerda do espectro ideológico, mais interessados por política e de escolas privadas. Para testar a hipótese a metodologia utilizada é quantitativa, desenvolvida através de análise descritiva de dados de uma survey aplicada junto a jovens de ensino médio das três capitais do Sul do país, entre 2015 e 2016, pelo Nupesal-UFRGS.

PALAVRAS-CHAVE: Participação Política; Juventude; Sul do Brasil.

INTRODUÇÃO

“Fora Bolsonaro” e “Vacina Já” estão sendo os principais cartazes levantados nas últimas manifestações de rua no Brasil, iniciadas em maio de 2021, após mais de um ano

de pandemia da Covid-19 marcada pelo descalço do governo federal em administrar a crise sanitária e econômica no país, em que já se ultrapassou 500 mil mortes. O negacionismo, o ódio, a criação de um inimigo político, a antipolítica, a intolerância, os discursos fascistas e o descrédito nas instituições democráticas são algumas das características da onda conservadora e de extrema-direita que está polarizando o cenário político brasileiro.

Este descontentamento com a política, especialmente com suas instituições democráticas, manifestados nas ruas vem marcando o cenário brasileiro desde as Jornadas de Junho de 2013. Apesar de serem diferentes as bandeiras levantadas, diferentes as organizações responsáveis pelos levantes populares e diferentes os governos no poder ao longo destes últimos anos, não se pode negar que o sentimento é de insatisfação generalizada.

Estas manifestações têm em comum uma presença grande de jovens, que além de insatisfeitos com o governo, estão em um momento de incertezas e inseguranças em relação ao futuro, especialmente agora, com a pandemia da Covid-19. Apesar dos estudos na área da cultura política apontarem que o jovem brasileiro, repetindo as atitudes e os comportamentos das gerações anteriores, também é apático, pouco participativo politicamente e com baixos níveis de confiança institucional (BAQUERO; MORAIS, 2020; GONZÁLEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020; NAZZARI, 2005).

A partir disso, este artigo tem como objetivo traçar um perfil da participação política da juventude do Sul do Brasil, buscando identificar quem é o jovem que participa. A proposta é compreender o processo de internalização de valores por parte da juventude, através da participação política, seja atitudinal ou comportamental. A hipótese que postulamos é de que os jovens que participam mais politicamente são posicionados mais à esquerda do espectro ideológico, mais interessados por política e de escolas privadas.

A suposição da relação entre participa-

ção e o alinhamento com a esquerda encontra respaldo no fato de o cenário de mobilizações juvenis resgatadas ao longo deste artigo encontrar uma identidade em pautas antiausteridade, na luta pela educação pública e de qualidade (antiprecarização), temas pautados pela esquerda. O maior interesse está relacionado com a relação entre maior participação e mais proximidade com a política dos autores clássicos da cultura política (ALMOND; VERBA, 1963; PUTNAM, 2005). E sobre o tipo de escola, alguns estudos apontam para o efeito positivo educacional sobre o engajamento político e na construção de valores democráticos (ZORZI, 2016; FUKS; CASALECCHI, 2018), em que alunos de escolas privadas apresentam mais valores democráticos quando comparados aos jovens de escolas públicas (ZORZI, 2016).

Para testar a hipótese, a metodologia utilizada é quantitativa, desenvolvida através de análise descritiva de dados de survey aplicada junto a 2.037 jovens de ensino médio, de escolas públicas e privadas, das três capitais do Sul do país, entre 2015 e 2016, pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Nupesal-UFRGS). O artigo, além desta introdução e das considerações finais, está dividido em três seções: 1) participação política; 2) contexto político e juventude; e 3) os jovens que participam no Sul do Brasil.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Ao ter como base a teoria ampla de democracia, ou seja, trabalhar com o conceito de representação política para além do voto, seja pelo protagonismo do cidadão em participar no processo político de tomada de decisões (PATEMAN, 1992) ou pela deliberação na esfera pública (HABERMAS, 1995), coloca-se como central o conceito de participação política para uma democracia robusta. Segundo Vitullo (1999), seja no modelo de democracia participativa ou no modelo de democracia deliberativa, a democracia não se constitui, unicamente, em um método de seleção de líderes por parte de cidadãos desinformados, desinteressados e apáticos, mas em uma forma de estimular o interesse e o engajamento em organizações políticas¹, para construir democracias consideradas fortes (JENKINS; THORBURN, 2003). Deste tipo de democracia se espera uma atuação maior dos cidadãos na política (BOHMAN, 2007), requerendo tanto que os cidadãos participem mais em atividades cívicas e colaborem para a criação de laços e associações com os atores políticos envol-

¹ É necessário destacar que esse debate sobre a participação política não se iniciou no período recente, autores clássicos como Rosseau (1978) e Tocqueville (1962) já descreveram a importância da participação na instituição de um Estado democrático.



vidos, quanto que tomem decisões precedidas de discussões na esfera pública.

Nos estudos de cultura política, a participação é compreendida como essencial para a manutenção das democracias (ALMOND; VERBA, 1963; DALTON; WELZEL, 2014; PUTNAM, 2005). Dalton e Welzel (2014) argumentam que recursos e valores participativos multiplicam os componentes materiais e motivacionais do poder popular, enfatizando que somente com igualdade de recursos e valores participativos a democracia pode funcionar efetivamente.

Mas antes de entrar especificamente no conceito, é importante fazer a diferenciação entre atitudes e comportamentos, o que Easton (1968) definiu como diferencial semântico: 1) dimensão atitudinal – trabalha com a predisposição dos cidadãos, ou seja, seus pensamentos, valores e crenças; 2) dimensão comportamental – trabalha com a disposição dos cidadãos, ou seja, suas ações. Isso porque podemos compreender que a participação política pode ser em uma dimensão atitudinal, em que os indivíduos acreditam ser importante e necessária a participação política dos cidadãos, como, naturalmente, uma dimensão comportamental, em que se passa de um

pensamento e um valor para de fato a ação de participar na esfera pública. Ou seja, compreende-se que as atitudes precedem o comportamento (KROSNIK, 1990), tendo assim um papel importante e estratégico na constituição de uma cultura política participativa. Mas nem sempre este valor participativo de fato se materializa na participação, especialmente em países como o Brasil, em que a transição para democracia não veio junto com a construção de valores democráticos (BAQUERO, 2003; BAQUERO; BAQUERO, 2014).

Compreendida esta diferenciação entre atitudes e comportamentos, parte-se para a compreensão do conceito de participação política, que assim como tantos na área da Ciência Política, também é polissêmico, mesmo que muitas vezes seja reduzido ao voto. Blanco (1995) nos aponta três perspectivas sobre o conceito, que evoluíram historicamente. Inicialmente, os estudos trabalhavam com uma perspectiva unidimensional, em que a participação se fundamentava em uma escala ordenada e hierarquizada de ações, ou seja, dependendo do tipo de atividade realizada os indivíduos estão em um nível da escala de participação. Assim, a participação está vinculada à esfera eleitoral e aos mecanismos democrá-

ticos institucionalizados (MILBRATH, 1965).

Posteriormente, trabalhou-se com uma perspectiva multidimensional, em que a participação política é constituída por todas as atividades legais realizadas pelos cidadãos, com o intuito de influenciar a tomada de decisão dos governos – a participação vai além dos canais institucionais, inclui também protestos, rebeliões e meios violentos (VERBA; NIE; KIM, 1978). O fator determinante da participação vai além da dificuldade de ação, como na perspectiva unidimensional, pois acredita-se que há um alinhamento entre política e economia, e os recursos e motivações dos indivíduos também se constituem como fatores. Na terceira perspectiva, de repertórios múltiplos de ações políticas, compreende-se a participação como uma “análise da ampla variedade de ações cidadãos pelas quais os indivíduos transmitem suas demandas e interesses e tratam de influenciar o sistema político, com independência das formas de ações, e da legalidade e legitimidade que contam” (BLANCO, 1995, p. 306). Aqui se percebe o reconhecimento e o aumento de participações políticas do tipo não convencional, e que os protestos e manifestações são elementos deste repertório como atividades políticas e não como ameaças à estabilidade

democrática.

Para além desta evolução histórica dos estudos de participação política, entende-se atualmente que a participação política não é somente eleitoral, mas sim “a ação de indivíduos e grupos com o objetivo de influenciar o processo político” (AVELAR, 2004, p. 225). E neste sentido, traz-se a diferenciação entre participação política convencional e não convencional. Borba e Ribeiro (2011) destacam que a participação convencional está ligada ao momento eleitoral, como o ato de candidatar-se, por exemplo; enquanto a participação política não convencional pressupõe o desenvolvimento de atividades ligadas às ações coletivas, como participar de associações e protestos. E elas não são excludentes, pelo contrário, operam em conjunto e, assim, constituem o que se chama de repertório múltiplo de ação política (KAASE; MARSH, 1979).

Assim como a evolução do conceito, os debates sobre o engajamento político também destacam alterações ao longo dos anos. Tem-se vivenciado uma evolução dos canais de participação, com novos padrões de engajamento cívico, que já era apontado por Norris (1999) no final dos anos de 1990. Do voto ao manifesto e greve e, agora, ao abaixo-assinado online, ao compartilhamento em massa de notícias políticas e o uso de hashtag, vivemos em uma era em que a participação política também se dá de forma online ou digital, especialmente com esta pandemia da Covid-19.

CONTEXTO POLÍTICO E JUVENTUDE

Até o ano de 2013, o Brasil registrava um longo período de estabilidade política e social. Os governos pós-ditadura militar, especialmente os de Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff, em maior ou menor medida, tiveram políticas públicas de redução da desigualdade social e reduziram os índices de miséria e de fome (COSTA, 2009). Apesar de terem sido institucionalizados mecanismos de participação política, com a criação de conselhos populares de diversas áreas em todas as esferas de governo e a criação de ferramentas de consulta informal à população, os índices de participação política permaneceram baixos e, em alguns casos, até diminuíram ao longo dos anos (BAQUERO, 2003; BONIFÁCIO; RIBEIRO, 2016; MOISÉS, 2013). Entretanto, o ano de

2013 trouxe mudanças e maior instabilidade política e social. As Jornadas de Junho de 2013 iniciaram um processo de desestabilização e de mudança política no Brasil e também marcaram o prelúdio de um papel mais preponderante das redes sociais na política no país (PINTO; SCHMIDT; BONINI, 2014). Se é verdade que a internet e as redes sociais já se faziam presentes na política uma década antes, também é fato que esta nunca teve um papel tão fundamental quanto de 2013 em diante. É importante ressaltar que este movimento já se notava em outros países com a mobilização via redes sociais, tendo papel relevante na chamada Primavera Árabe, no movimento Occupy Wall Street, no 15M/Indignados espanhol, entre outros. Também cabe destacar que o movimento não é isolado ou fruto apenas de um descontentamento que se materializou apenas através das redes sociais, mas sim de uma movimentação social que já anunciava uma inconformidade política. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2021), o ano de 2013 teve o maior número de greves desde o ano de 1990, sendo número total de greves mais que o dobro do registrado no ano anterior. Desde o início de 2013, jovens, através do movimento estudantil, vinham se mobilizando em várias cidades do país na luta pela redução das tarifas de transporte público.

Mesmo após junho de 2013, as manifestações de rua e a insatisfação com a política em geral continuaram. Na esteira das eleições presidenciais de 2014, surgem movimentos políticos insatisfeitos com a vitória eleitoral de Dilma Rousseff, promovendo atos inicialmente contestando o resultado da eleição e, posteriormente, pressionando em favor do impeachment da presidenta (BARON, 2019). Muitos desses movimentos tinham lideranças jovens, tais como Kim Kataguirí (Movimento Brasil Livre – MBL) e Rogério Chequer (Vem Pra Rua), bem como movimentos declaradamente conservadores, como o Movimento Endireita Brasil e o Revoltados Online (BARON, 2019). Também houve mobilizações contra o impeachment, convocadas principalmente pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo

Sem Medo. A crescente tensão política e o descontentamento com o resultado eleitoral por parte do candidato derrotado, Aécio Neves, de seu partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e de seus aliados intensificou a crise política e levou à saída de Dilma Rousseff da Presidência da República.

O impeachment, contudo, não encerrou a crise política nem apassivou os ânimos da população, uma vez que após a oficialização da chegada de Michel Temer à presidência continuou havendo movimentações políticas de contestação ao seu governo. Se as manifestações contra Dilma Rousseff se concentravam no objetivo de encaminhar sua saída da Presidência da República, as manifestações contra Michel Temer tinham não apenas esse objetivo, mas também o de manifestar contrariedade a projetos de lei ou de emenda constitucional impopulares de iniciativa do governo, tais como Reforma da Previdência, PEC da Terceirização, Reforma Trabalhista, PEC do teto de gastos públicos, Base Nacional Comum Curricular, Reforma do Ensino Médio, entre outros (DA SILVA; DE LORENZI PIRES; PEREIRA, 2017). As tradicionais manifestações de rua continuaram ocorrendo especialmente no ano de 2017, quando foi registrada a maior greve geral da história do Brasil, segundo a Frente Brasil Popular, com um número estimado de 40 milhões de trabalhadores aderindo à paralisação², cujo objetivo era barrar a reforma trabalhista e a reforma previdenciária propostas pelo Governo Federal. Entretanto, as mobilizações contra as medidas do governo de Michel Temer também contaram com táticas de mobilização diferentes, como as ocupações estudantis de escolas e universidades³ (JANUÁRIO et al., 2016). As ocupações de escolas surgem em São Paulo, em 2015, contra o projeto de reestruturação escolar proposto pelo governo estadual inspirados na mesma tática política da Revolta dos Pinguins, em 2006, no Chile, adotada até os dias atuais no país (DA SILVA; DE LORENZI PIRES; PEREIRA, 2017). Posteriormente, foram registradas mobilizações políticas de ocupação de escolas no Paraná e no Rio Grande do Sul, ambas em 2016. A primeira contra a PEC do teto de gastos e a segunda exigindo maiores

² Dados estimados pela Frente Brasil Popular. Disponível em: <<http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/greve-foi-a-maior-da-historia-e-pode-abrir-novo-caminho-para-o-brasil-ad6c/>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

³ Ainda que não totalmente inéditas, uma vez que ocupações de reitoria e de direção escolar são táticas tradicionais do movimento estudantil.

investimentos na educação pública do estado.

O ano de 2018 foi marcado pela eleição de Jair Bolsonaro, em um processo eleitoral conturbado, cheio de polêmicas e crimes eleitorais por parte da campanha vitoriosa, além da evidente prisão política de Lula da Silva, que o impediu de concorrer no pleito daquele ano (ALMEIDA, 2018; PADRÃO, 2021). Já nas eleições, houve mobilizações de rua em um movimento chamado Ele Não, protagonizado por mulheres que se opunham à candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência e que continuou semanas após a eleição como forma de demonstrar resistência ao projeto representado pelo candidato eleito. Após a eleição de Bolsonaro, também surgiram mobilizações contra medidas de seu governo por todo país em todos os meses até o início da pandemia, bem como manifestações de apoio a seu governo. Uma das maiores manifestações contra o governo foi a chamada Tsunami da Educação, em 2019, convocada pelas entidades estudantis nacionais: União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET), contando com grande repercussão nacional e atos massivos por todo o país, que se repetiram posteriormente, porém com menor força. Ainda, destacam-se as manifestações antifascistas de 2020 e 2021, que surgiram para se opor às manifestações de apoio ao presidente e à falta de combate à pandemia de Covid-19 por parte do governo federal.

Embora tenhamos citado diversas manifestações ocorridas em anos de grandes tensões sociais no Brasil, os estudos em cultura política argumentam que ainda persiste uma espécie de hiato entre a institucionalização formal do modelo democrático e a institucionalização de uma cultura política participativa (BAQUERO; BAQUEIRO, 2014; ZORZI, 2016). No modelo de democracia híbrida (BAQUERO; RANINCHESKI; DE CASTRO, 2018), a despeito do fortalecimento de processos formais democráticos, ainda perduram práticas tradicionais e autoritárias, de modo que os indivíduos sentem-se desestimulados a participar dos processos políticos por se sentirem “afastados” ou abandonados pelo Estado. A falta de uma

cultura participativa não só é problemática de uma forma geral, mas pode também afetar os poucos espaços participativos existentes, de modo a reproduzir as mesmas práticas criticadas em instituições representativas tradicionais (GONZALEZ, 2011).

Mas o que estas manifestações têm em comum é a participação mais ampliada de jovens, o que acaba por integrar um processo social amplo que, por meio de sociabilidades coletivas, fazem emergir verdadeiras experiências participativas no nível político (JANUÁRIO et al, 2016). Nos estudos de cultura política sobre juventude, destaca-se que a juventude brasileira é caracterizada pela apatia, pela intolerância e pelos baixos níveis de capital social (BAQUERO; MORAIS, 2020; GONZÁLEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020). E este padrão de afastamento dos jovens da vida política diante do atual contexto coloca-os, inclusive, suscetíveis a adquirir posições autoritárias e valores antidemocráticos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017).

Mas, de acordo com Carrano (2012), o debate sobre participação juvenil que permeia a literatura de modo geral traz duas percepções distintas, a primeira de que os jovens não participam, e a segunda de que sua participação existe e se dá diante de uma nova perspectiva. Se o jovem contemporâneo tem materializado sua participação em novos canais (como a internet e as redes sociais) ou formas (canais menos institucionalizados de participação), fica explícita a necessidade de investigar como essa participação se estrutura em termos atitudinais e comportamentais através de seu processo de internalização de valores.

Conforme Silveira e Amorim (2005), existe a ausência de uma cultura participativa entre os jovens, sobretudo nas escolas. Segundo o autor, a predisposição atitudinal não se materializava em comportamentos participativos – 58% dos jovens em 2004 não tinham costume de participar de quaisquer atividades políticas, e dentre estes, apenas 17% participavam de comícios escolares, 8% de manifestações e 2% de orçamento participativo. Com dados de jovens estudantes do Paraná, de 2003, Nazzari (2005) destaca que 78% reconheciam a participação em atividades associativas, embora este reconhecimento subjetivo não se mate-

rializasse de forma prática em comportamentos participativos, fruto de um déficit em seus processos de socialização política.

Esta assimetria reforça a noção de uma continuidade da cultura política híbrida nos jovens do Sul, permeada por tendências autoritárias, baixo nível de capital social, pouco interesse por política (BAQUERO; MORAIS, 2020), baixa confiança e atitudes apáticas (NAZZARI, 2005). Desta forma, para a ampliação de cidadania entre os jovens é necessário compreender e estudar a participação e suas dimensões, entendendo-a enquanto mecanismo necessário para a consolidação de uma cultura política juvenil democrática.

OS JOVENS QUE PARTICIPAM NO SUL DO BRASIL

Para atender o objetivo de traçar um perfil da participação política da juventude do Sul do Brasil, buscando identificar quem é o jovem que participa, com os dados da pesquisa realizada no Sul do país com jovens de escolas públicas e privadas, pelo Nupesal (2015/2016), primeiro são feitos índices de participação atitudinal, comportamental convencional e comportamental não-convencional. Pois concorda-se com Easton (1968) de que há uma diferença entre a predisposição e disposição do cidadão de participar, ou seja, entre o pensamento da importância da participação (atitudinal) e a própria participação (comportamental). Complementa-se que a participação comportamental pode ser dividida entre convencional, ligada à eleição e às instituições formais, e não-convencional, ligada às participações em manifestações e associações (BORBA; RIBEIRO, 2011). Além destes dois tipos, por se concordar com Norris (1999) que estão surgindo novos canais de participação e por se trabalhar com os jovens que passam uma boa parte de seu tempo na internet, propõe-se aqui também uma análise de participação política comportamental online. Os índices foram criados conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Criação dos índices de participação

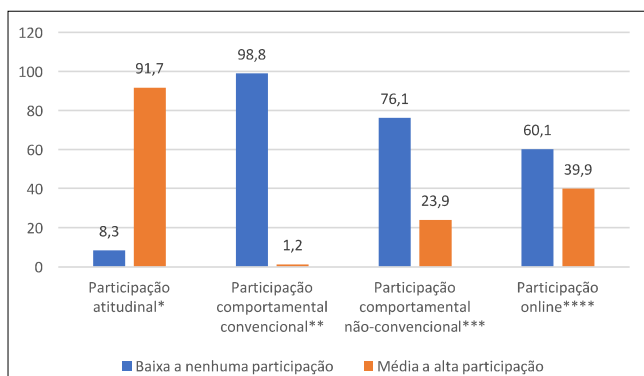
Tipo de participação	Questões	Variáveis	Valores do índice
Participação política atitudinal	Não adianta participar da política, pois nunca muda nada.	0,00 – Discordo 0,50 – Concordo em parte 1,00 – Concordo	0,00 a 0,49 – Baixa a nenhuma participação 0,50 a 1,00 – Média a alta participação
	A participação das pessoas é importante para resolver os problemas no país.	0,00 – Discordo 0,50 – Concordo em parte 1,00 – Concordo	
	A participação em um projeto de sua escola é importante mesmo que não lhe beneficie diretamente	0,00 – Discordo 0,50 – Concordo em parte 1,00 – Concordo	
Participação política comportamental convencional	Você costuma participar de: Partidos Políticos	0,00 – Não participo 0,50 – Já participei 1,00 – Participo	
	Você costuma participar de: Reuniões Políticas	0,00 – Não participo 0,50 – Já participei 1,00 – Participo	
	Você costuma participar de: Comícios Políticos	0,00 – Não participo 0,50 – Já participei 1,00 – Participo	
Participação política comportamental não-convencional	Você costuma participar de: Abaixo-assinados	0,00 – Não participo 0,50 – Já participei 1,00 – Participo	
	Você costuma participar de: Manifestações, protestos, passeatas	0,00 – Não participo 0,50 – Já participei 1,00 – Participo	
	Você costuma participar de: Atividades no seu bairro	0,00 – Não participo 0,50 – Já participei 1,00 – Participo	
Participação política comportamental online	Nas Redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Ler ou assistir o vídeo	0,00 – Nunca 0,50 – Às vezes 1,00 – Sempre	
	Nas Redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Curtir	0,00 – Nunca 0,50 – Às vezes 1,00 – Sempre	
	Nas Redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Comentar	0,00 – Nunca 0,50 – Às vezes 1,00 – Sempre	
	Nas Redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Compartilhar	0,00 – Nunca 0,50 – Às vezes 1,00 – Sempre	

Fonte: Elaboração própria.

Iniciando as análises, conforme o Gráfico 1, percebe-se que existe uma diferença entre

os níveis de participação política atitudinal e comportamental.

Gráfico 1 – Níveis de participação dos jovens do Sul do Brasil (%)



*n = 1890; **n = 1878; ***n = 1850

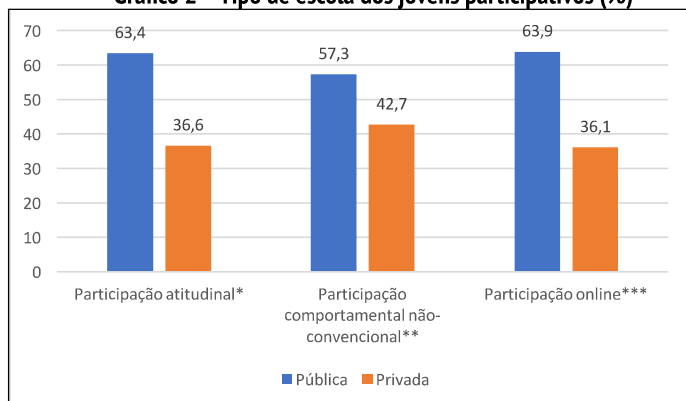
Fonte: Nuposal, 2015/2016.

Os jovens do Sul do Brasil apresentam uma predisposição a participar maior (70,5% com média a alta participação), do que de fato o ato de participar, especialmente de forma convencional (0,6%). Apesar de ter um aumento na participação política comportamental não-convencional (23,9%), ainda se confirma que os jovens apresentam um comportamento político apático e desinteressado, o que os levam a um afastamento da política, tanto de suas instituições formais, quanto de ações coletivas, como manifestações. No entanto, ao analisar estes novos espaços de participação política através das redes sociais, percebe-se que há um aumento na disposição de participar de forma online, pois 39,9% dos jovens têm média a alta participação. Isso nos traz a necessidade de refletir sobre esses novos espaços de engajamento, tanto no sentido de entender isso como uma nova forma de participação política, quanto para se pensar

em formas de estimular esta participação política, para que compense a baixa participação nos demais espaços tradicionais. Mas também se ressalta a necessidade de análises mais aprofundadas deste tipo de participação, para verificar a qualidade dessa ação e o impacto na constituição de uma cultura política mais participativa por parte dos jovens.

Diante do baixo percentual de participação política comportamental convencional, com uma porcentagem tendendo a 1%, considerando um n de 22 casos, não é viável fazer uma apresentação do perfil do jovem que participa nesta categoria. Então a análise do tipo de escola, interesse por política e ideologia dos jovens participativos é feita para as categorias de participação política atitudinal, comportamental não-convencional e comportamental online, apenas com os jovens que apresentam de média a alta participação política, nos Gráficos 2, 3 e 4.

Gráfico 2 – Tipo de escola dos jovens participativos (%)



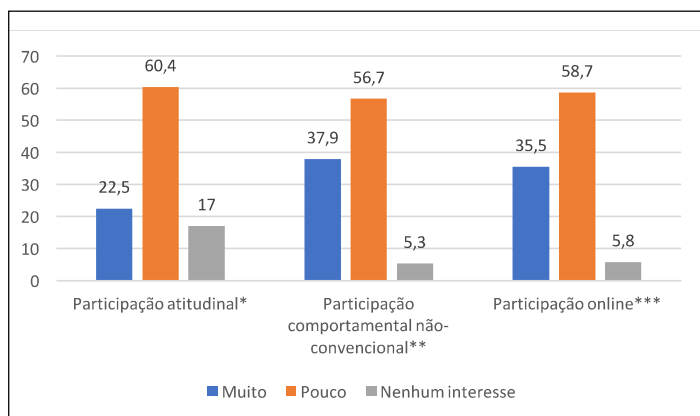
*n = 1734; **n = 443; ***n = 734

Fonte: Nuposal, 2015/2016.

Ao contrário do que se hipotetizou no início do artigo, de que os jovens participativos seriam de escolas privadas, seguindo as conclusões de Zorzi (2016) e Fuks e Casalecchi (2018) de que estes apresentariam mais valores democráticos, aqui se percebe que os mais engajados são os de escolas públicas. Nos três índices de participação política a maioria dos entrevistados são de escolas públicas, sejam elas estaduais, municipais ou federais, que estão na amostra, (63,4% na participação atitudinal, 57,3% na participação comportamental não-convencional e 63,9% participação comportamental online). Uma possível explicação parte de uma análise do próprio recorte temporal da pesquisa: as análises dos dados foram feitas em anos de ocupações escolares em diversos estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, e Rio Grande do Sul (KETZER, 2019), de modo que esses movimentos crescem no contexto das escolas públicas e no embate à sua precarização, algo que pode influenciar nos processos participativos naquele momento. No próximo gráfico, analisamos o interesse por política dos jovens participativos.



Gráfico 3 – Interesse por política dos jovens participativos (%)



*n = 1678; **n= 430; ***n= 712

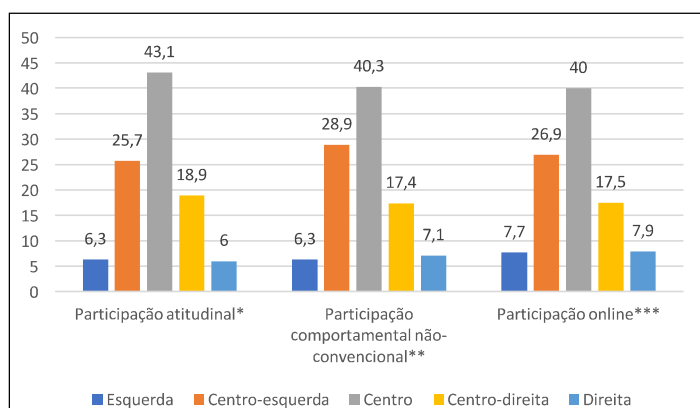
Fonte: Nupesal, 2015/2016.

De forma geral, sabe-se que os jovens apresentam baixos níveis de interesse por política, normalmente com valores abaixo de 20% de interesse (BAQUERO; MORAIS, 2020; MORAIS, 2017). Conforme os dados do Gráfico 3, percebe-se que os jovens que participam apresentam um pouco mais de interesse por política (22,5% na participação atitudinal, 37,9% na participação não-convenicional e 35,5% na participação online), mas ainda há uma porcentagem grande que se concentra na categoria pouco interesse pela política. Com estes dados, novamente se reforça a importância do engajamento político e de como participar é também educador, visto que aproxima o jovem da política e o incentiva na construção de valores democráticos enquanto cidadãos. A

partir disso, se confirma a hipótese de que os jovens estudantes do Sul do país que participam apresentam mais interesse por política.

Para a análise da ideologia, utiliza-se a questão “Na escala abaixo o 1 corresponde a extrema esquerda e o 10 a extrema direita” da survey, que foi recategorizada da seguinte maneira: 1 a 2 – esquerda; 3 a 4 – centro-esquerda; 5 a 6 – centro; 7 a 8 – centro-direita; 9 a 10 – direita.

Gráfico 4 – A ideologia dos jovens participativos (%)



*n = 779; **n= 253; ***n= 405

Fonte: Nupesal, 2015/2016.

A polarização política é parte do cenário no país desde as eleições de 1994, com

as disputas presidenciais encabeçadas pelo PT e pelo PSDB, até as eleições de 2014. Mas desde 2013 há uma percepção de aumento da polarização política, deflagrada nas eleições presidenciais de 2018, entre petistas e anti-

petistas, ou entre lulistas e antilulistas, e que agora também se mostra em bolsonaristas e antibolsonaristas. De forma geral, no Brasil os cidadãos apontam não saber em qual posição do espectro ideológico estão ou preferem não responder (BAQUERO, 2003), o que se repete com os jovens, visto que o número de casos analisados cai significativamente na análise do Gráfico 4. Mas o que se percebe pelos dados é que os jovens indicam estar mais posicionados ao centro (43,1% na participação atitudinal, 40,3% na participação não-convenicional e 40% na participação online), depois mais posicionais entre centro-esquerda e esquerda (32% na participação atitudinal, 35,2% na participação não-convenicional e 34,6% na participação online).

Em parte, confirma-se a hipótese de que os jovens participativos estariam posicionais mais à esquerda do espectro ideológico. Mas cabe aqui também refletir os motivos dos jovens estarem mais ao centro, pois os motivos podem ser políticos, mas pode ser por falta de um entendimento sobre a política, ou seja, por baixa sofisticação política. Visto que por falta de entendimento, é normal que as pessoas busquem ficar no meio, especialmente, em uma questão que traz uma disputa de poder, como temos visto nos últimos anos no país. Então é necessário também o aprofundamento desta questão, para um melhor entendimento do posicionamento dos jovens e da necessidade do debate político entre os agentes socializadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, quando se fala em participação política no Brasil, mais especificamente dos jovens, observa-se que a juventude brasileira, embora reconheça a importância da participação política, é desinteressada em relação à política e apresenta níveis de participação baixos, além de não ter confiança em instituições democráticas e de apresentar atitudes e comportamentos pouco férteis à consolidação democrática (GONZALEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020; BAQUERO; MORAIS, 2020). Essas características não são algo específico da juventude brasileira, mas uma reprodução da maneira como as gerações anteriores se comportam e se relacionam com a política e a democracia, uma vez que as instituições democráticas ainda não tiveram uma consolidação plena nem têm amplo apoio e confiança por parte da população (GONZALEZ, 2011). Observa-se, no Brasil, que mesmo em um contexto de ebulição política e de grandes mobilizações com protagonismo jovem, com entidades ligadas à



juventude e lideranças jovens se destacando, os níveis de participação política continuam baixos.

Ao analisar os jovens que participam politicamente no sul do Brasil, percebe-se que os dados coletados refletem o que aponta a teoria e a tendência dos anos anteriores, com uma maior disposição à participação atitudinal, mas uma baixa dimensão comportamental de participação política. Quanto ao tipo de escola em que estudam os jovens, constatou-se que há maior prevalência de estudantes de escola pública entre os jovens do sul do Brasil, como pode ser visto no Gráfico 2. Já o Gráfico 3, mostra que o interesse por política entre os jovens que participam é majoritariamente manifesto como “pouco”, porém com os índices de “muito interesse” são muito maiores que os de “nenhum interesse”. Além de confirmar a participação como um instrumento pedagógico no processo de politização, pode-se sugerir a hipótese, a ser pesquisada posteriormente, de que mesmo entre jovens que participam politicamente, pode haver algum nível de constrangimento em assumir abertamente interesse

por política. O Gráfico 4 aponta uma predominância de jovens que se enxergam como de “centro” no espectro ideológico, havendo também mais jovens à esquerda do que à direita dentre os participativos.

A hipótese postulada pode ser considerada parcialmente confirmada, uma vez que os jovens participativos no sul do Brasil possuem uma inclinação ideológica maior à esquerda, embora ainda se possa observar uma prevalência de jovens de centro, e são mais interessados por política. Porém há maior presença de jovens estudantes de escolas públicas em detrimento dos estudantes de escolas privadas, fato que talvez se explique pelo recorte temporal, quando houve ocupações nas escolas públicas com reivindicações por melhores condições. Tais resultados não estão indo contra as considerações apontadas por Zorzi (2016), de que jovens de escolas privadas apresentam mais valores democráticos, apenas estão ampliando a percepção de que na variável participação política há uma maior adesão nos jovens de escolas públicas.

As análises mostram a importância da

participação na politização dos jovens, sendo a escola e a socialização juvenis importantes peças na difusão do interesse por política e em assuntos relacionados. Entretanto, nota-se também que mesmo entre os participativos ainda há a repetição de alguns padrões e orientações presentes na sociedade em geral, e mesmo na juventude de modo mais amplo, não sendo possível seu isolamento da realidade que os cerca, nem a observação da criação de uma “bolha” participativa. Neste sentido, pode-se apontar a participação como fator importante, mas não determinante, na mudança de comportamentos e atitudes relativas à política, embora possa-se pesquisar mais detalhadamente estes aspectos em estudos futuros. Para além disso, ressalta-se a necessidade de estudos que aprofundem os novos tipos de engajamento político, pois como visto no Gráfico 1, os jovens apresentam um novo tipo de participação política, a online. E neste contexto de novas tecnologias é essencial investigar essas novas possibilidades e se atentar para uma possível mudança de comportamento político.

Referências

ALMEIDA, Ana Lia Vanderlei de. A prisão de Lula e a crença na “justiça verdadeira”: reflexões sobre o lugar do direito na reprodução da sociedade de classes. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, n. 3, p. 1598-1620, 2018.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sydnei. *The civic culture revisited*. Califórnia: Sage Publications, 1963.

AVELAR, Lúcia. Participação Política. In.: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004. p. 223-235.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista Sociologia e Política* [online], n. 21, p. 83-108, 2003.

BAQUERO, Marcello; BERNARDI, Ana Julia; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Padrões emergentes de uma cultura política juvenil no Sul do Brasil. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v. 12, p. 42-63, 2019.

BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Is the construction of a new youth political culture underway?. In: BAQUERO, Marcello (org.). *The youth and the challenges for building democracy in Brazil*. Porto Alegre: Escritos, 2020, p. 15-56.

BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sonia; DE CASTRO, Henrique Carlos de O. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. *Revista Debates*, v. 12, n. 1, p. 87-106, 2018.

- BAQUERO, Rute Vivian Angelo; BAQUERO, Marcello. Formação cidadã de jovens no contexto de um regime democrático híbrido. *Revista Debates*, v. 8, n. 2, p. 59-82, 2014.
- BARON, Leticia. Se empurrar, ela cai: as grandes manifestações pró-impeachment e a construção discursiva dos Movimentos Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, p. 191-217, 2019.
- BLANCO, Marisa Revilla. Participación política: lo individual y lo colectivo en el juego democrático. In: BENEDICTO, Jorge; SOTELLO, María (Coord.). *Sociedad y política: temas de sociología política*. Madrid: Editorial Alianza, 1995, p. 299-326.
- BOHMAN, James. *Democracy across borders: from Dêmos to Dêmoi*. Cambridge: The MIT Press, 2007.
- BONIFÁCIO, Robert; RIBEIRO, Ednaldo. Corrupção e participação política no Brasil: diagnósticos e consequências. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 20, p. 7-42, 2016.
- CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. *O social em questão*, n. 27, p. 83-99, 2012.
- CORROCHANO, Maria Carla; DOWBOR, Monika; JARDIM, Fabiana AA. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes?. *Laplace em Revista*, v. 4, n. 1, p. 50-66, 2018.
- COSTA, Nilson do Rosário. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 693-706, 2009.
- DA SILVA, Bárbara Virginia Groff; DA SILVA, Eduardo Cristiano Hass. "Uma pá de ocupação": ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul (2016). *Revista Teias*, v. 18, n. 50, p. 228-244, 2017.
- DA SILVA, Maurício Roberto; DE LORENZI PIRES, Giovanni; PEREIRA, Rogerio Santos. "O exterminador do futuro" e o "inferno precário" da Terceirização e das reformas Trabalhista e do Ensino Médio. *Motrivivência*, v. 29, n. 52, p. 07-18, 2017.
- DALTON, Russell; WELZEL, Christian. *Political Culture and Value Change*. In: DALTON, Russell; WELZEL, Christian (org.). *The civic culture transformed*. Cambridge University Press, 2014.
- DIEESE. Balanço das greves de 2013. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.html>> Acesso em: 24 de maio de 2021.
- EASTON, David. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel Avila. Expandindo o conceito de competência política: conhecimento político e atitudes democráticas na América Latina. *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, n. 68, p. 61-74, 2018.
- GONZÁLEZ, Rodrigo S. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Cultura (s) políticas (s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 47-68, 2011.
- GONZALEZ, Rodrigo; MORAIS, Jennifer; BERNARDI, Ana Julia. O novo Ovo da Serpente: emergência de valores antidemocráticos na juventude do sul do Brasil. 12º Encontro da ABCP. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2020.
- HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*, Cedec, São Paulo, n. 36, p. 39-53, 1995.
- JANUÁRIO, Adriano et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. *Revista Fevereiro*, v. 9, p. 1-26, 2016.
- JENKINS, Henry; THORBURN, David. *Democracy and New Media*. The MIT Press, 2003.
- KAASE, Max; MARSH, Alan. *Political Action: a theoretical perspective*. In: BARNES, Samuel; KAASE, Max. *Political action: mass participation in five Western democracies*. Beverly Hills/London: Sage Publications, 1979, p. 27-56.
- KETZER, Araciele Maria; ROSA, Rosane. "De tanto poupar em educação ficaremos ricos em ignorância": contranarrativas juvenis no movimento de ocupação de escolas no Rio Grande do Sul. *Intexto*, n. 44, p. 120-143, 2019.
- KROSNIK, Jon A. American's perceptions of presidential candidates: a test of the projection hypothesis. *Journal of Social Issues*, v. 46, p. 159-182, 1990.
- MACHADO, Rosana Pinheiro. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta Estratégia, 2019.
- MILBRATH, Lester. *Political Participation*. Chicago: Rand McNally, 1965.
- MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. In: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, Rachel. *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013, p. 27-50.
- MORAIS, Jennifer Azambuja de. *Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.
- NAZZARI, Rosana Katia. *Capital social e socialização política dos jovens no Brasil*. *Educação Unisinos*, v. 9, n. 2, p. 145-154, 2005.
- NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. Banco de dados: Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba). 2015/2016
- PADRÃO, Márcio. Quais crimes eleitorais rondam Bolsonaro? Site Uol. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2018/10/19/entenda-o-que-pode-e-o-que-nao-em-campanhas-eleitorais-na-internet.htm>> Acesso em: 23 de maio de 2021.
- PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- PINTO, Gerson de Amorim; SCHMIDT, Cristina; BONINI, Luci Mendes de Melo. Por vinte centavos e uma Presidência! As redes sociais e as manifestações de junho de 2013 e o Processo eleitoral em 2014. *Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional*, n. 18, p. 143-152, 2014.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Textos Selecionados/ Rousseau*. Tradução de Lourdes Santos Machado. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SILVEIRA, Angelita Fialho; AMORIM, Maria Salete Souza. Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político. *Educação Unisinos*, v. 9, n. 2, p. 155-163, 2005.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1962.
- VITULLO, Gabriel. Teorias Alternativas de democracia: uma análise comparada. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1999.
- ZORZI, Felipe Bortoncello. *Cidadania Desigual: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.